



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação escrita

Ao longo dos vinte anos que se seguiram ao retorno de Macau à Pátria, a economia e a sociedade de Macau passaram por um processo de desenvolvimento acelerado. Entretanto, a desactualização do sistema jurídico e a morosidade do processo legislativo têm sido alvo de muitas críticas da população, porque continuam a ser aplicadas, até aos dias de hoje, muitas leis que são demasiado antigas e manifestamente fora da realidade social, o que leva a que muitos problemas sociais continuem por resolver e ao surgimento de novos problemas. A população está extremamente preocupada porque é necessário acelerar o processo legislativo para resolver os diversos tipos de conflitos, sobretudo no que respeita ao “Regime jurídico da renovação urbana de Macau”, ao “Regulamento de segurança contra incêndios” e ao “Código das execuções fiscais”. Segundo a imprensa, através dos inquéritos aos moradores dos sete edifícios do Bairro de lao Hon, verificaram-se muitos problemas, segundo muitos proprietários, o ambiente na zona é péssimo, as instalações estão muito envelhecidas e as condições sanitárias são más, está tudo sujo, situação que demonstra a premência de se avançar com a reconstrução dos bairros antigos.

Muitos dos moradores dos sete edifícios do Bairro lao Hon não reúnem condições para mudar de casa, são idosos, sofrem de diversas doenças e até têm dificuldades motoras, e vivem em edifícios degradados. Mais, têm ainda de ser eles a tratar das infiltrações de água nos edifícios antigos e da proliferação de mosquitos, o que é um encargo fisicamente muito pesado. Nem vale a pena de falar do impacto negativo das



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

más condições de higiene para a saúde dos referidos moradores idosos.

O que deixa os idosos desapontados é o facto de o Governo da RAEM ter iniciado, em 2006, os correspondentes trabalhos no âmbito do projecto de reordenamento dos bairros antigos e, até ao momento, ou seja, ao fim de 14 anos, ainda não se registaram quaisquer avanços, especialmente no caso do Regime jurídico da renovação urbana, que entrou em processo legislativo no dia 9 de Dezembro de 2019, depois de concluída a consulta pública, mas a partir daí, não existe nenhuma calendarização. Mais, em Abril de 2019 foi aprovado o “Regime jurídico de habitação para alojamento temporário e de habitação para troca no âmbito da renovação urbana”, que se inclui no âmbito da renovação urbana; e a investigação e o estudo sobre os referidos sete edifícios do Iao Hon, da responsabilidade da Macau Renovação Urbana, S.A. ainda vão levar meio ano até estarem concluídos. O ritmo dos diversos trabalhos relativos à reconstrução dos bairros antigos é lento, por isso a população tem a sensação de que a reconstrução dos bairros antigos vai demorar muito tempo, e não se sabe quando é que vai estar concluída.

Para além do exposto, há ainda o “Código das Execuções Fiscais”, que continua a ser aplicado desde a sua publicação em 1951. É de saber que a Região Administrativa Especial de Macau já regressou à Pátria há 20 anos e que, nos casos de natureza fiscal, continua a invocar-se um diploma com cerca de 70 anos. Este Código está extremamente desactualizado, não corresponde à actual situação social, e a população em geral sente que é extremamente irracional continuar a aplicá-lo, no entanto, até ao momento, ainda não se registou qualquer avanço substancial por parte



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

do Governo da RAEM, no respeitante à revisão do “Código das Execuções Fiscais”.

Assim sendo, interpelo o Governo, solicitando que me sejam dadas respostas, de uma forma clara, precisa, coerente, completa e em tempo útil, sobre o seguinte:

1. Qual é o ponto de situação do processo legislativo do Regime jurídico da renovação urbana de Macau? O Governo da RAEM vai divulgar o calendário da produção legislativa, para a população em geral poder ficar a par da situação? Como é que o Governo da RAEM vai divulgar o calendário dos trabalhos de “reconstrução dos bairros antigos”?

2. O Código das Execuções Fiscais entrou em vigor desde 1951, ou seja, há cerca de 70 anos, então, quando é que o Governo da RAEM vai concluir a respectiva revisão, a fim de salvaguardar a sua adequação à realidade social? Qual é o ponto de situação da revisão do Código das Execuções Fiscais? Como é que o Governo vai divulgar o calendário da produção legislativa?

16 de Outubro de 2020

**O Deputado à Assembleia Legislativa
da Região Administrativa Especial de Macau,
José Maria Pereira Coutinho**